



CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS  
DA MARINHA  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
NÚCLEO DE AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA (NAC)

## BOLETIM GEOCORRENTE

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal vinculada ao Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), do Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE) da Marinha. O NAC possui o objetivo de acompanhar a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica, a fim de ampliar o conhecimento por meio da elaboração deste boletim, além de outros produtos que porventura venham a ser demandados pelo Estado-Maior da Armada.

Para isso, o grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas de conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporciona uma análise ampla de contextos e cenários geopolíticos e, portanto, um melhor entendimento dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como, seus desdobramentos.

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Esse Boletim tem como objetivo publicar artigos compactos tratando de assuntos da atualidade e, eventualmente, de determinados temas de caráter geral sobre dez macrorregiões do Globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ainda, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”, voltada a artigos que abordam assuntos não relacionados, especificamente, a uma das regiões supracitadas.

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do Núcleo de Avaliação da Conjuntura do CEPE e submeta seu artigo contendo, no máximo, 350 palavras ao processo avaliativo. A avaliação é feita por pares, sem que os revisores tenham acesso ao nome do autor (*blind peer review*). Ao fim desse processo, o autor será notificado via e-mail de que seu artigo foi aceito (ou não) e que aguardará a primeira oportunidade de impressão.

## CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Centro de Estudos Político-Estratégicos da Marinha.

Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca - CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil (21) 2546-9394

E-mail: [geocorrentenac@gmail.com](mailto:geocorrentenac@gmail.com)

Aos cuidados do Editor Responsável do Boletim Geocorrente.

## CONSELHO EDITORIAL

### Editor Responsável

*Leonardo Faria de Mattos (EGN)*

### Editor Científico

*Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN)*

### Editores Adjuntos

*Felipe Augusto Rodolfo Medeiros (EGN)*

*Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)*

*Noele de Freitas Peigo (FACAMP)*

### Pesquisadores do Núcleo de Avaliação da Conjuntura

*Adriana Escosteguy Medronho (EHESS)*

*André Figueiredo Nunes (ECEME)*

*Ariane Dinalli Francisco (Universität Osnabrück)*

*Beatriz Mendes Garcia Ferreira (UFRJ)*

*Carlos Henrique Ferreira da Silva Júnior (UFRJ)*

*Catharine Simões (UERJ)*

*Daniel Santos Kosinski (UFRJ)*

*Dominique Marques de Souza (UFRJ)*

*Ely Pereira da Silva Júnior (UERJ)*

*Franco Aguiar de Alencastro Guimarães (PUC - Rio)*

*Gabriela Mendes Cardim (UFRJ)*

*Gabriela da Conceição Ribeiro da Costa (UERJ)*

*Gabriele Marina Molina Hernandez (UFF)*

*Giulianna Anveres (PUC - Rio)*

*Jéssica Pires Barbosa Barreto (UERJ)*

*João Victor Marques Cardoso (UFF)*

*José Gabriel de Melo Pires (UFRJ)*

*Lais de Mello Rüdiger (UFRJ)*

*Larissa Marques da Costa (UFRJ)*

*Louise Marie Hurel Silva Dias (PUC - Rio)*

*Luciane Noronha Moreira de Oliveira (EGN)*

*Luma Teixeira Dias (UFRJ)*

*Marcelle Siqueira Santos (UERJ)*

*Marcelle Torres Alves Okuno (IBMEC)*

*Matheus Souza Galves Mendes (UFRJ)*

*Pedro Allemand Mancebo Silva (UFRJ)*

*Pedro Emiliano Kilson Ferreira (Universidade de Santiago)*

*Pedro Mendes Martins (UERJ)*

*Philippe Alexandre Junqueira (UERJ)*

*Rebeca Vitória Alves Leite (UFRJ)*

*Stefany Lucchesi Simões (UNESP)*

*Taynara Rodrigues Custódio (UFRJ)*

*Thais Abygaëlle Dedeo (UFRJ)*

*Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFRJ)*

*Vinicius de Almeida Costa (EGN)*

*Vinicius Guimarães Reis Gonçalves (UFRJ)*

*Vivian de Mattos Marciano (UFRJ)*

*Os textos contidos nesse Boletim são de responsabilidade única dos pesquisadores do NAC, não retratando a posição da Escola de Guerra Naval e nem da Marinha do Brasil.*

## SUMÁRIO

- |                                                                                           |                                                                                                       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| • <i>Essequeibo e o ouro negro.....</i> Pág.2                                             | • <i>Japão e a UNMISS.....</i> Pág. 7                                                                 |
| • <i>Aumento da instabilidade entre Bogotá e Caracas.....</i> Pág. 2                      | • <i>Mar do Sul da China: Forças Armadas das Filipinas são enviadas para ocupar ilhas.....</i> Pág. 8 |
| • <i>Uma revisão da política de armas nucleares no Governo Trump.....</i> Pág.3           | • <i>Eleições presidenciais podem indicar mudança na política externa sul-coreana... ..</i> Pág. 8    |
| • <i>Gabão: patrimonialismo político e a maldição dos recursos naturais.....</i> Pág. 3   | • <i>A volta do Almirante Irizar ao Programa Antártico Argentino.....</i> Pág. 9                      |
| • <i>França: as eleições que podem definir o futuro da União Europeia.....</i> Pág. 4     | • <i>Temas Especiais.....</i> Pág. 9                                                                  |
| • <i>Os Estados Unidos aprovam a adesão de Montenegro à OTAN.....</i> Pág. 4              | • <i>Artigos selecionados e Notícias de Defesa .....</i> Pág. 10                                      |
| • <i>As semelhanças entre o futuro na Síria e o presente no Iraque.....</i> Pág.5         | • <i>Referências.....</i> Pág. 11                                                                     |
| • <i>Reordenamento no horizonte político do conflito Marrocos-Saara Ocidental...Pág.5</i> |                                                                                                       |
| • <i>Tensões no Sul da Ásia e revisionismo nuclear da Índia.....</i> Pág. 6               |                                                                                                       |
| • <i>O atentado de São Petersburgo e o terrorismo na Ásia Central.....</i> Pág.6          |                                                                                                       |

**Essequibo e o ouro negro**

Por Carlos Henrique Ferreira

Estado extremamente dependente das exportações de *commodities*, em especial do açúcar, do ouro e da bauxita, a Guiana avista uma nova oportunidade de crescimento. Instalada desde 2008 no país, a petroleira americana Exxon Mobil Corporation descobriu, no final de março do ano corrente, o terceiro poço de petróleo *offshore*, no bloco Stabroek. Esse terceiro poço, o Snoek, é a terceira tentativa bem-sucedida das quatro realizadas pela empresa. As outras duas perfurações que obtiveram sucesso foram o poço Liza-1 (maio de 2015) e o Payara-1 (janeiro de 2017). Ainda são necessários estudos de viabilização comercial do hidrocarboneto do tipo *oil bearing sandstone* (localizado entre os poros de pedras de arenito), mas espera-se que a comercialização do petróleo aconteça em 2020, com uma produção diária de 450 mil barris.

Estima-se que os três poços do bloco Stabroek possuam reservas entre 1,4 e 2 bilhões de barris de óleo. A recente descoberta da Exxon Mobil, em parceria com a também americana Hess e a canadense Nexen, subsidiária da China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), incentivou a irlandesa Tullow Oil e a canadense Eco Atlantic Oil and Gas, ambas com operações também na costa oeste africana, a antecipar as perfurações do bloco de que são detentoras na Guiana, o Orinduik. A expectativa é que esse bloco, próximo ao Stabroek, tenha reservas equivalentes a 900 milhões de barris.

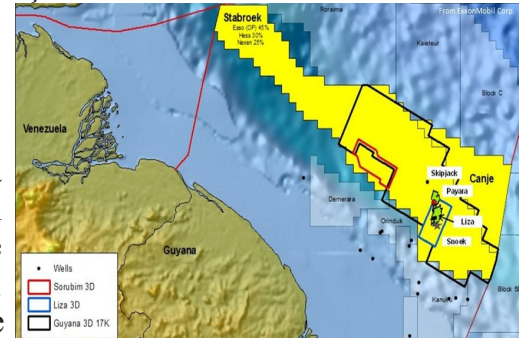


Foto: OGJ

Diante desse cenário promissor, é importante recordar que essas explorações encontram-se na região de Essequibo, área de litígio entre Venezuela e Guiana, equivalente a dois terços do território guianense. Ainda que em grave crise política interna, a reclamação venezuelana pela região é pauta recorrente na agenda de ambos os países, em especial pelo descumprimento do Acordo de Genebra, que impedia a concessão de exploração dos recursos da região por empresas estrangeiras. A nomeação, em fevereiro, de um novo mediador das Nações Unidas, o diplomata norueguês Dag Halvor Nylander, o mesmo que auxiliou no processo de paz na Colômbia, é uma notícia que traz esperanças de uma definitiva solução para a questão do território de Essequibo.

**Aumento da instabilidade entre Bogotá e Caracas**

Por Lais Rüdiger

Historicamente, Colômbia e Venezuela mantêm uma intensa relação política com recorrentes desgastes políticos entre seus governantes. Tal fato foi retomado nas acusações trocadas, no último dia 21 de abril, pelo Presidente Juan Manuel Santos e seu homólogo venezuelano, Nicolás Maduro, que acusou a Colômbia de ser um “Estado falido”, responsável por promover a migração forçada de mais de 10 milhões de nacionais colombianos, exilados por causa da “fome, do desemprego e da miséria”. O quantitativo indicado por Maduro ultrapassa o dobro do informado pela chancelaria colombiana no ano passado, que reconheceu a existência de 4,7 milhões de colombianos no exterior.

Em contrapartida, Santos afirmou que seu país possui uma “democracia sólida” e expressou sua “séria preocupação” pelas ações violentas do governo Maduro contra a população venezuelana e por ele estar “armando 500 mil civis contra uma possível invasão”, unindo-se ao pedido internacional de outros onze países pelo direito do povo venezuelano ir às ruas manifestar pacificamente seus direitos. Conforme abordado no Boletim 49, as passeatas promovidas pela oposição a Maduro já completaram três semanas e estão sendo violentamente combatidas pela Guarda Nacional, registrando, até o momento, mais de 26 vítimas fatais.

Apesar da defesa de suas políticas internas, tanto Colômbia quanto principalmente a Venezuela não estão conseguindo manter um nível de qualidade de vida mínimo desejado para suas respectivas populações. Enquanto a instabilidade colombiana é gerada pela insegurança em relação aos grupos paramilitares (destaque para as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, ainda não totalmente desmobilizadas, e o Exército de Libertação Nacional), os venezuelanos sofrem com a crise econômica que banuiu das prateleiras dos supermercados até mesmo produtos da cesta básica e de higiene pessoal (vendidos a preços exorbitantes no mercado negro) e com os elevados níveis de desemprego e violência urbana. Tais desdobramentos acabam por gerar a vinda de migrantes, principalmente venezuelanos, para o Brasil. Por enquanto, a pressão maior é sobre o estado de Roraima, mas a falta de perspectivas para uma solução da crise venezuelana já preocupa as autoridades em Manaus.

### **Uma revisão da política de armas nucleares no Governo Trump**

Por *Jéssica Barreto*

No dia 17 de abril, o Pentágono começou a revisão da política norte-americana sobre o uso das armas nucleares. Esta, que será a quarta revisão desde o fim da Guerra Fria (1947-1991), deve ser entregue ao presidente até o final do ano. O *Review Nuclear Posture* é um documento oficial, geralmente revisado a cada oito anos, que apresenta a política nuclear, as capacidades e a força do país. Atualmente, o documento em vigência é de abril de 2010, o qual explicita a agenda do ex-Presidente Obama, que objetivava reduzir os riscos nucleares para a comunidade internacional, prevenir o terrorismo nuclear e promover a modernização militar para os próximos 15 anos.

Em 27 de janeiro, em uma visita ao Pentágono, o Presidente Trump assinou sua primeira ordem executiva, denominada “Reconstruindo as Forças Armadas dos EUA”, explicitando sua intenção de garantir que a dissuasão do país seja “moderna, robusta e adequada para enfrentar as atuais ameaças”. Entretanto, não se espera uma mudança brusca para o programa de modernização nuclear, já em andamento, e que abrange, por exemplo, a “Classe *Ohio*” de submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos, além de buscar desenvolver um novo projeto de mísseis balísticos intercontinentais (ICBM’s, sigla em inglês).

Apesar da inexistência de grandes mudanças nos planos de modernização militar, não se pode dizer o mesmo da sua postura em relação à Rússia. O documento de 2010 apresentou os EUA e a Rússia não mais como adversários, enfatizando acordos nucleares para aumentar a confiança mútua, como o Tratado *New START*. Entretanto, desde a anexação da Crimeia, em 2014, houve uma crescente tensão entre os dois países, inclusive com afirmações por parte dos EUA de que a Rússia estaria violando os termos do *Intermediate Nuclear Forces Treaty*.

Com o avanço da tecnologia dos armamentos, existe um aumento da sensação de insegurança dos Estados em relação a seus adversários e, possivelmente, um aumento do risco de conflitos. Assim, só esperamos que a Revisão da Política Nuclear do Governo Trump não seja tão agressiva quanto as suas últimas ações militares, o que causaria ainda mais instabilidade no sistema internacional.

### **Gabão: patrimonialismo político e maldição dos recursos naturais**

Por *João Victor Marques*

O Gabão é considerado um dos países mais ricos da África, se tomarmos como critério seu PIB per capita anual de US\$ 8.300. No entanto, a riqueza gerada pela produção de petróleo, atrás apenas de Nigéria e Angola, não é capaz de conferir à pequena população, de 1,9 milhões de habitantes, bens públicos equivalentes aos de um país desenvolvido. Um terço da sociedade gabonesa vive abaixo da linha da pobreza e o desemprego atinge parcela significativa da população jovem. Esse fenômeno é denominado “maldição dos recursos” e descreve uma economia em crescimento à revelia do atrofiamiento dos demais setores produtivos, de inclusão social e política. As soluções para driblar tal defeito estrutural perpassam a diversificação econômica, imperativa em um cenário de crescente exaustão das reservas nacionais de óleo, e a abertura política.

Sobre a primeira, a intenção do governo é transformar o país em uma economia emergente até 2025. A atração de investimentos estrangeiros para a mineração e a agricultura tem sido motivada por medidas como a criação de uma zona econômica especial, que confere isenção fiscal e facilidades burocráticas. O potencial de reservas do minério de ferro de Belinga, a 500 km da capital Libreville, estimado em 1 bilhão de toneladas, entretanto, permanece inexplorado, pois não há conexão com o porto marítimo de Port-Gentil. Assim, o foco do governo tem se direcionado ao agronegócio, como a produção de óleo de palma e borracha. Contudo, a alta dependência da importação de alimentos e a ameaça apresentada pelos latifúndios, tanto sobre a biodiversidade (85% do território nacional são florestas úmidas) quanto sobre o pequeno agricultor, levantam questionamentos em relação à efetividade dessa estratégia.

A segunda, por sua vez, é prejudicada por uma família há cinquenta anos no poder. Ali Bongo Ondimba ocupa a presidência desde 2009, quando seu pai Omar Bongo Ondimba faleceu, e sua vitória nas eleições de 2016 foi amplamente questionada (vide Boletim 40). Ainda que Bongo filho procure se

desvincular do regime do pai, as políticas públicas carecem de transparência adequada e dependem da utópica comunhão entre os interesses da elite e da sociedade.

Uma democracia efetiva abriria espaço para a pressão social e para a possibilidade de se formular políticas a partir de uma abordagem *bottom-up*, isto é, com ampla participação popular. Assim, contornar a “maldição dos recursos” exige antes um regime político que não se confunda com o poder familiar e patrimonialista sustentado pelas receitas petrolíferas, mas delegado publicamente.

Europa

## ***França: as eleições que podem definir o futuro da União Europeia***

Por *Thais Dedeo*

Neste domingo, 23 de abril, foram escolhidos os candidatos do segundo turno da eleição presidencial francesa. Esta será de grande importância para o futuro da União Europeia (UE), pois o semi-presidencialismo francês concentra mais poder do que a maioria dos outros executivos das democracias ocidentais, incluindo Alemanha, Reino Unido e os Estados Unidos. Portanto, o próximo presidente poderá influenciar diretamente o futuro da UE.

As altas taxas de desemprego, o terrorismo, a crise migratória e a perda de poder e influência francesa no cenário internacional face à emergência de novas potências, além do escândalo de corrupção envolvendo um dos candidatos favoritos, permitiram a ascensão dos candidatos da extrema direita Marine Le Pen (21%) e do centrista Emmanuel Macron (23,7%). De um lado, Le Pen é “anti-europeísta” e, protecionista, almeja uma França autônoma e forte. Propõe a renegociação dos tratados entre a França e a UE e, em caso de inviabilidade, um referendo para a saída do país do bloco. Em questões de Segurança e Defesa, sugere que o orçamento das Forças Armadas seja aumentado para 3% do PIB e que o país saia do Comando Militar Integrado da OTAN.

Propõe ainda, uma reaproximação com a Rússia, com o reconhecimento da anexação da Crimeia, e a retirada das sanções econômicas. Em março deste ano, a candidata reuniu-se com Vladimir Putin, porém reuniões informais já haviam ocorrido anteriormente, nas quais empréstimos russos foram obtidos para a campanha política em um total de 11 milhões de euros. Por outro lado, Macron é favorável à permanência na OTAN, mas contra a entrada de novos membros e prevê um aumento do orçamento de Defesa para 2% do PIB. Pretende fortalecer a UE com uma união fiscal e social, assim, incentiva a criação do cargo de Ministro das Finanças da Zona do Euro. Também partilha a ideia de uma defesa europeia conjunta por meio de um Quartel General Europeu e de uma posição firme face à Rússia, mantendo as sanções.

As pesquisas indicam que, no segundo turno, Macron se tornará o próximo presidente da França, uma boa notícia para a estabilidade da Europa, após o impacto negativo do BREXIT e dos vários ataques terroristas.

Europa

## ***Os Estados Unidos aprovam a adesão de Montenegro à OTAN***

Por *Dominique Marques*

Com 97 votos contra 2 e uma abstenção, no dia 29 de março, senadores dos EUA aprovaram a adesão de Montenegro à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ratificada por Donald Trump no dia 11 de abril. Após a aprovação da Espanha, último país que ainda não a ratificou, Montenegro se tornará o 29º país a se integrar à maior aliança militar do planeta, criada em 1949 para se opor à ameaça da então União Soviética e seus aliados. O Primeiro-ministro montenegrino Dusko Markovic afirmou que este é o maior passo dado em política externa pelo país desde a sua independência da Sérvia em 2006.

Montenegro fazia parte da Iugoslávia, desmembrada em 1990 em 4 países, enquanto Sérvia e Montenegro deram continuidade à República Federal da Iugoslávia. Em 1996, por meio de um referendo, Montenegro adotou uma organização econômica independente da Sérvia, mas apenas em 2006 conseguiu sua independência total. Possui uma população de 650 mil



Foto: Curmudgeon Coalition

habitantes, um PIB de US\$ 4.2 bilhões (só é maior do que o de San Marino, dentre todos os 42 países da Europa), elevadas taxas de desemprego e uma economia altamente dependente do turismo (o país recebe duas vezes mais turistas por ano do que sua população). Com a ratificação, Montenegro se tornará o 7º país da região dos Bálcãs a integrar a OTAN, ao lado de Albânia, Bulgária, Croácia, Grécia, Eslovênia e Romênia.

Como a região dos Bálcãs é de histórico interesse russo, principalmente pela questão da busca pelo acesso às águas quentes, Moscou opõe-se fortemente a esta decisão. Montenegro, inclusive, acusa a Rússia de tentar interferir nessa decisão ao fazer manobras junto à opinião pública para atrapalhar a adesão do país à aliança. Há um movimento no país que exige a realização de um plebiscito para aprovar a entrada na OTAN.

Mesmo com o discurso isolacionista de Trump, antes de assumir a presidência, a práxis tem mostrado que o novo presidente estadunidense aprende rápido a usar todos os recursos de poder militar e política externa em proveito de seus objetivos nacionais. A ratificação da entrada de Montenegro na OTAN é apenas mais um desses movimentos na direção de mostrar aos russos quem ainda dá as cartas na agenda global.

## Oriente Médio e Norte da África

### *As semelhanças entre o futuro na Síria e o presente no Iraque*

Por Gabriela Ribeiro

Observamos, nas últimas semanas, a intensificação da participação norte-americana na guerra civil da Síria. O conflito já dura mais de meia década e continua sem perspectivas visíveis de encerramento: a perspectiva de uma vitória do Estado Islâmico é cada vez menos provável, assim como também a saída do poder de Bashar Al-Assad. Portanto, as dúvidas sobre o futuro do país afligem cada vez mais os analistas internacionais.

Se olharmos para a história recente da região, podemos tentar antever a situação futura do país. No lado leste da fronteira síria está o Iraque, que, após a guerra que levou à queda do sunita Saddam Hussein em 2003, continua mergulhado no caos político e econômico e em um severo conflito pelo poder no país entre etnias e grupos extremistas.

Assim como a Síria, o Iraque é um país multiétnico, comandado durante muitos anos por um governo sectário e antidemocrático de uma minoria étnica. Entretanto, a tentativa de estabelecer um regime democrático não tem logrado êxito e o vácuo de poder deixado por Hussein passou a ser disputado por xiitas (maioria da população apoiada pelo Irã), sunitas e pelos curdos, que lutam pelo estabelecimento de um país independente ao norte. Além disso, também disputam o poder grupos extremistas terroristas como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico. De acordo com o *Iraq Body Count* (IBC), o país sofre com a escalada de violência e atentados, além de serviços públicos precários, desgaste das instituições, desemprego elevado e economia em colapso.

Atualmente é difícil pensar uma alternativa para a situação iraquiana. Com a sociedade fragmentada entre etnias religiosas, o país tem dificuldades para reconhecer direitos coletivos e individuais, assim como estabelecer uma convivência pacífica entre elas. Somado a isso ainda está o terrorismo e a influência de países vizinhos, como a Arábia Saudita e o Irã. No cenário atual, as perspectivas para a Síria não são muito diferentes. Podemos, portanto, inferir que, mesmo ao final do conflito civil, a paz e a estabilidade no país ainda terão que ser arduamente conquistadas.

## Oriente Médio e Norte da África

### *Reordenamento no horizonte político do conflito Marrocos-Saara Ocidental*

Por Pedro Kilson

A problemática geopolítica protagonizada por Marrocos transborda o escopo regional para uma questão da legitimidade de instituições, como a União Africana e as Nações Unidas. A região reivindicada como país independente, conhecida por Saara Ocidental, é ocupada pelo Marrocos desde 1976, quando os laços coloniais com a Espanha foram desarticulados. Nesse sentido, os anseios independentistas do povo Sahrawi direcionaram-se contra a ocupação marroquina, desencadeando uma longa fissura política, em decorrência da organização de um esforço de resistência em 1991, conhecida por Frente Polisario (*Popular Front for the Liberation of the Saguia el Hamra and the Río de Oro*). Dessa forma, as Nações Unidas intervieram para estabelecer uma mediação, por meio da articulação de um referendo, jamais ocorrido. Entretanto, a questão toma nova roupagem política a partir da readmissão do Marrocos à União Africana

(UA), na cúpula realizada no último mês de janeiro. O país deixou de pertencer à Organização da Unidade Africana em 1984, posteriormente ao reconhecimento, por parte da organização, da autodeterminação do povo Sahrawi no Marrocos Ocidental, bem como do *Sahrawi Arab Democratic Republic* (SADR), proclamada em 1976.

A readmissão do Marrocos à UA engendrou uma crise de legitimidade institucional, uma vez que muitos Estados-membros apontaram uma clara dissonância entre a decisão e a Declaração da ONU sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais (1960), que disserta acerca do direito de todos os povos à autodeterminação. Ademais, asseverou-se a incompatibilidade entre a política marroquina e uma importante premissa da Carta da UA acerca das fronteiras coloniais, reafirmando a ilegalidade da política de ocupação. O êxito da reintegração à organização se deveu a diversas negociações bilaterais estabelecidas entre o rei Mohammad e os chefes de Estados visitados no decorrer de 2016, em busca de apoio político.

Embora a chamada Primavera Árabe tenha tido relativo êxito apenas na Tunísia, não se deve desconsiderar os elementos que a motivaram. Um deles, a questão do respeito às minorias, como é o caso atual no Marrocos, pode ser a base para novas insurreições no futuro próximo.

## Rússia e Ex-URSS

### ***O atentado de São Petersburgo e o terrorismo na Ásia Central***

Por *Pedro Martins*

No dia 3 de abril, um atentado suicida no metrô de São Petersburgo vitimou 14 pessoas e feriu 102. No mesmo dia, uma segunda bomba foi encontrada em outra linha desse metrô e desativada pelas forças de segurança. O responsável pelo ataque foi identificado como o quirguiz naturalizado russo Akbarzhon Jalilov, porém outras 10 pessoas foram presas além dele, todas oriundas da Ásia Central, inclusive um homem identificado como o treinador de Jalilov, Abroz Azimov.

Além de ser o segundo ataque terrorista a ocorrer na Federação Russa em um espaço curto de tempo, sendo o primeiro à base da Guarda Nacional russa na Chechênia, como publicado no Boletim 51, esse atentado chama a atenção para o número de cidadãos provenientes da Ásia Central entre os envolvidos. Essa região, também chamada de “Turquestão”, devido às línguas locais serem da família do idioma turco, corresponde a uma área que vai do Mar Cáspio até a província chinesa de Xinjiang.

Muitos desses países foram parte do Império Russo e da União Soviética e são majoritariamente islâmicos. Contudo, as acusações de práticas autoritárias dos governos locais, a longevidade dos seus governantes no poder e a desigualdade socioeconômica forçam os cidadãos a migrar para locais como a Rússia e a Arábia Saudita, onde a xenofobia e as más condições de vida geram um terreno fértil para recrutadores de grupos terroristas como o Estado Islâmico. O serviço de Segurança Nacional da Austrália estima que o Movimento Islâmico do Uzbequistão (IMU, na sigla em inglês) possuía cerca de 2.000 soldados no Afeganistão e 700 no Paquistão em 2013 e aponta que, em 2015, o grupo se juntou ao grupo terrorista Estado Islâmico.

À luz dessas informações, percebe-se que os países da Ásia Central são um espaço para recrutadores de grupos terroristas, o que pode gerar instabilidades não só nesses países, mas nos vizinhos. Além disso, é uma questão a ser analisada com atenção por Pequim, por a região ser parte importante da Nova Rota da Seda - *One Belt, One Road*.

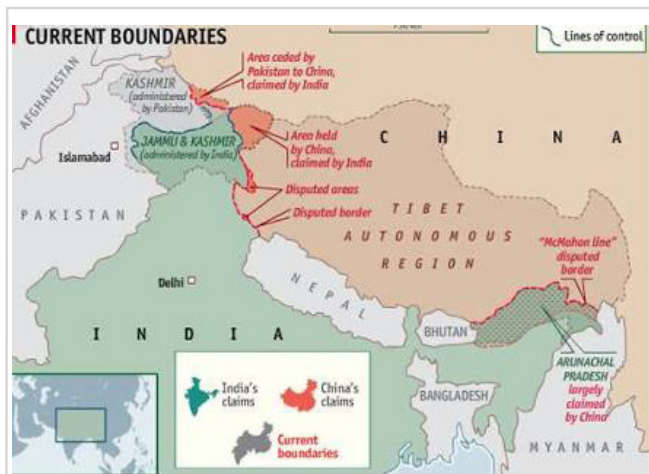
## Sul da Ásia

### ***Tensões no Sul da Ásia e revisionismo nuclear da Índia***

Por *Luciane Noronha*

Nas últimas semanas, o Sul da Ásia tem demonstrado uma escalada de tensões entre Estados nucleares que reaqueceram, mais uma vez, o debate acerca da necessidade de revisão da Doutrina Nuclear da Índia. O primeiro evento, ocorrido no mês de março, é a possibilidade de transformar o Gilgit-Baltistão em uma província paquistanesa; o segundo, a visita do Dalai Lama ao estado indiano de Arunachal Pradesh.

No caso do Gilgit-Baltistão, a anexação do território por parte do Paquistão é uma tentativa de facilitar, legalmente, os investimentos do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC). Até então, a região



source: The Economist

Foto: The Economist

é considerada “autônoma” e não faz parte, oficialmente, do território paquistanês. O anúncio, feito por intermédio de assessores do Ministério das Relações Exteriores, entra em choque com interesses da Índia, que reivindica a área como parte de seu território.

No caso de Arunachal Pradesh, a visita do Dalai Lama à região em disputa entre Índia e China desde, pelo menos, a década de 1950, foi interpretada como provocação por Beijing. A reação chinesa veio alguns dias depois, com a renomeação de seis cidades do estado. Délhi, por sua vez, repudiou tal ato, reiterando que são lugares que estão dentro de território indiano. A Índia também divulgou a construção de mais duas pistas de

poiso no estado, como parte dos esforços do incremento da militarização da fronteira sino-indiana.

Estes dois eventos contribuem para o debate interno da Índia acerca de sua Doutrina Nuclear. O primeiro *draft* do documento, divulgado em 1999, adota o princípio do *No First Use*: o arsenal nuclear indiano seria empregado apenas em caso retaliatório a um primeiro ataque nuclear contra seu território. Todavia, existe pressão para que seja aprovado o direito ao ataque preemptivo – principalmente contra o Paquistão –, diante do cenário de ameaças consideradas concretas. O debate ainda está em curso e polarizado, mas diante dos litígios no subcontinente e da presença de três Estados que, juntos, estima-se possuírem cerca de 500 ogivas nucleares, qualquer mudança da Índia na direção de uma postura mais assertiva alteraria o equilíbrio de poder e poderia aprofundar as tensões na região.

## Leste Asiático

### Japão e a UNMISS

Por Vinicius Reis

O Primeiro Ministro Shinzo Abe havia anunciado no início de abril que o Japão se retiraria da missão de paz no Sudão do Sul, *United Nations Mission in the Republic of South Sudan* (UNMISS). No dia 19 de abril, o primeiro contingente de tropas das forças de Auto Defesa retornaram de Juba, capital do país. A retirada carrega em si consequências imediatas para os objetivos da política externa de Abe no longo prazo, demonstrando as limitações do “*hard power*” japonês para além do cenário geopolítico regional. Analisando os cinco anos da missão, podemos identificar uma participação difusa, em termos de escopo e objetivos, além de exponencialmente polêmica tanto no Parlamento quanto na opinião pública.

O emprego das tropas japonesas na UNMISS tornou-se um grande problema nos últimos anos devido à conjunção de dois fatores: o aumento da escalada do conflito no país e a reformulação das leis de segurança japonesa. Sobre a prerrogativa da defesa dos interesses japoneses a nível global e a defesa de seus aliados, as novas leis de segurança (*Kaketsuke Keigo*) permitiriam, em tese, o emprego da força pelas tropas japonesas em cenários bem específicos, como a defesa de civis e membros da missão.

Para tornar a situação mais crítica, em relação à opinião pública, desconfia-se que a ministra da Defesa Tomomi Inada tenha adulterado informações sobre a situação do conflito quando pressionada pela imprensa japonesa em busca de mais transparência. Por fim, a despeito das declarações oficiais do governo, fica bem claro que, pelo momento, o governo japonês adotará uma participação “tímida” em futuras operações de paz. O objetivo é evitar, assim, o caos político que surgiria com a morte de um cidadão japonês durante uma dessas missões e maiores conflitos legislativos entre a Constituição, lembrando que seu 9º artigo proíbe o uso da força em disputas internacionais, e as novas leis de segurança.

### ***Mar do Sul da China: Forças Armadas das Filipinas são enviadas para ocupar ilhas***

Por Larissa Marques

O Presidente filipino Rodrigo Duterte reivindicou a propriedade de dez ilhas Spratly não habitadas no Mar do Sul da China. Essa região, rica em recursos e crucial para a rota de navegação do comércio mundial, inclui parte da Zona Econômica Exclusiva das Filipinas, reconhecida pela comunidade internacional, mas não pela China.

Duterte ordenou que suas tropas se deslocassem e erguessem algumas estruturas a fim de ocupar militarmente as ilhas e ainda acrescentou que ele poderia visitar a ilha de Thitu em 12 de junho e marcar o Dia da Independência da nação, levantando pessoalmente a bandeira filipina lá. De acordo com o Departamento de Defesa, o presidente quer construir instalações, tais como quartéis para as tropas, sistemas de água (dessalinização) e de disposição de esgoto, geradores de energia, casas de luz e abrigos para pescadores

Essa declaração sugere que o plano de Duterte é aumentar os contingentes nos recifes. O que chama atenção é que, apesar de seu governo se caracterizar por medidas controversas, a postura que sua política externa vinha adotando caminhava para um maior alinhamento com a China no que tange às disputas do Mar do Sul da China, como discutido em sua visita à Pequim em 20 de outubro de 2016 (vide Boletim 44).

Ao que tudo indica, o avanço de um código de conduta no Mar do Sul da China trabalhado pela China em conjunto com a Associação de Nações do Sudeste Asiático fez com que o presidente mudasse de postura quanto à sua aliança e ordenasse ação militar na região. Cabe avaliar agora se a intenção de Duterte será voltar à sua política externa para impor-se ao gigante chinês ou apenas sinalizar que as Filipinas detêm o controle militar de suas ilhas, afinal, unir-se à China significa priorizar a cooperação econômica e buscar maior desenvolvimento para o país.

### ***Eleições presidenciais podem indicar mudança na política externa sul-coreana***

Por Ely Pereira

No próximo dia 09 de maio, a população sul-coreana deve ir às urnas para eleger um novo presidente. Atualmente, o país encontra-se sob o governo interino do Primeiro-Ministro Hwang Kyo-ahn, que assumiu o cargo em dezembro do ano passado, após o afastamento da ex-Presidente Park Geun-hye. Ao total, cinco candidatos permanecem na disputa pela presidência, mas pesquisas recentes indicam que apenas dois deles têm reais chances: Moon Jae-in, do Partido Minjoo, e Ahn Cheol-soo, do Partido Popular. Ambos são de partidos liberais de centro-esquerda, o que os diferencia de Park, que fazia parte de um partido conservador.

Apesar das semelhanças entre os candidatos, que já pertenceram ao mesmo partido, suas visões no âmbito de segurança nacional estão dividindo o voto da população. Moon já ocupou diversos cargos políticos e é um conhecido advogado de Direitos Humanos. Em seus discursos, defende que o país deve adotar uma postura menos confrontante frente à Coreia do Norte, unindo o diálogo e a implementação de sanções. Ele também mostrou-se contrário à instalação do escudo antimíssil (THAAD, sigla em inglês), mas recentemente indicou mudanças nesta retórica após ter perdido o apoio dos eleitores conservadores, que acreditam que uma política de segurança “fraca” não resolverá a questão da península coreana.

Já Ahn favorece um posicionamento rígido contra o regime, mantendo o endurecimento das sanções feito durante o governo anterior. Em relação ao THAAD, o candidato acredita que a instalação é inevitável para garantir a segurança do país, o que também preservaria a forte aliança com os Estados Unidos. Esta postura lhe garantiu um ganho recente de popularidade, sobretudo após o aumento das tensões com o governo de Kim Jong-un.

O resultado das eleições também é de suma importância para as relações com a China, segundo maior parceiro econômico da Coreia do Sul. Recentemente, o país aplicou uma série de sanções econômicas como forma de retaliação ao THAAD, o que foi condenado por ambos os candidatos, que desejam acabar com as sanções e retomar a cooperação com os chineses.



### ***A volta do Almirante Irizar ao Programa Antártico Argentino*** Por *Gabriele Hernández*

Os ministros argentinos das Relações Exteriores e da Defesa visitaram, ao final de março, o navio quebra-gelo Almirante Irizar, recentemente reformado a um custo aproximado de US\$ 150 milhões após um incêndio ocorrido em 2007, destacando o início das atividades que levarão a embarcação a uma nova missão para a Antártica no período de 2017/18.

A presença do país na região é coordenada pelo Instituto Antártico Argentino, sob a gerência da *Dirección Nacional Del Antartico*, parte do Ministério das Relações Exteriores. A visita dos dois ministros demonstra que não é somente a diplomacia que se preocupa com o continente. Atualmente, o país possui sete bases de verão e seis bases permanentes, cuja responsabilidade logística é das Forças Armadas. Além disso, seus militares participam ativamente dos projetos, sendo um dos países com maior presença na Antártica.

As estações concentram-se na chamada Província da Terra do Fogo, Antártica e Ilhas do Atlântico Sul, região que o país considera como parte de seu território, inclusive, constando dos mapas oficiais do país. As Ilhas Malvinas também fazem parte da região, embora não se encontrem sob jurisdição argentina. Em 1983, Chile e Argentina entraram em disputa por três ilhas no canal de Beagle, porções terrestres estratégicas para a corrida territorial que se instaurou entre os dois países pela Antártica, até o Tratado de Paz e Amizade de 1984 ter privilegiado a causa chilena. O fato é um ponto marcante nas relações ambíguas entre os dois países no sexto continente.

Cabe ressaltar que tanto a Argentina quanto o Chile tiveram um relevante papel no início da presença brasileira naquele continente e prestaram relevante apoio por ocasião do incêndio na Estação Comandante Ferraz, em 2012.

## Temas Especiais

### ***Futuro das Operações de Paz: o papel brasileiro***

Por *Ariane Francisco*

A Organização das Nações Unidas tem passado por diversas mudanças nos últimos meses: a posse do português Antonio Guterres como Secretário Geral no início do ano foi seguida de propostas e promessas de uma ONU diferente, mais eficiente e com foco no fim do sofrimento de populações (espelhando-se em sua experiência como Alto-comissário da Agência da ONU para Refugiados, ACNUR) e da cultura de impunidade dentro da organização. Em 1º de abril, o diplomata francês Jean-Pierre Lacroix assumiu como Chefe do Departamento de Operações de Paz (DPKO). Dando continuidade a sete mandatos com franceses à frente do Departamento – o país é também o maior colaborador de tropas entre os países-membros permanentes do Conselho de Segurança – Lacroix tem como desafio a tentativa de dar sobrevida a missões que têm sido duramente criticadas, como a do Sudão do Sul, e finalizar, com sucesso, missões que recebem críticas mistas, como a do Haiti, liderada pelo Brasil.

Um exemplo desse desafio é que, no dia 13 de abril, o Conselho de Segurança votou, por unanimidade, o fim da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti). Criada em 2004 e com liderança brasileira desde seu começo, teve seu auge em 2010, com 8.940 militares, 4.391 policiais e mais de 1.500 civis. Depois de 13 anos, a missão será substituída pela Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), que tem como objetivo a assistência na consolidação da polícia haitiana, a partir de outubro deste ano.

Com o fim da MINUSTAH, alguns especialistas têm atentado ao fato de que a maneira inédita e exitosa pela qual o Brasil fez uso da força em ações da Operação pode ser utilizada em outras missões. Tem sido cogitada a participação de tropas brasileiras no Mali, na República Democrática do Congo e no Líbano, onde o país já lidera a Força Naval da UNIFIL e dela participa com um navio. Mesmo passando por um momento de crise política e econômica, com significativos cortes no orçamento de Defesa, o Brasil não deve deixar de lado a experiência adquirida no Haiti, e sim voltar a empregá-la em outras missões da ONU, em prol não apenas da contínua melhora da imagem internacional do país, bem como do nível de treinamento de nossos militares para esse tipo de missão.

- THE ECONOMIST - 20/04/2017  
**America's seven-decade history as Asia's indispensable power**
- EL PAIS - 26/04/2017  
**Mare Nostrum, Mare Americanus, Mare Chinensis?**
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - 24/04/2017  
**World military spending: Increases in the USA and Europe, decreases in oil-exporting countries**
- EUROPEAN COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS - 19/04/2017  
**Turkish referendum: Erdogan home but not yet dry**
- WORLD AFFAIRS JOURNAL - 24/04/2017  
**Why NATO matters**
- HIGH NORTH NEWS - 24/04/2017  
**US Army Decides to Keep its Arctic Paratroopers at Full Strength**
- EURASIA REVIEW - 26/04/2017  
**More than compassion needed for Europe's refugees**
- BROOKINGS - 26/04/2017  
**China's emerging institutional statecraft**
- PROJECT SINDYCATE - 20/04/2017  
**The "New" Trump's Lopsided Foreign Policy**
- MERCOPRESS - 24/04/2017  
**Brazil and Spain lay direct subsea cable rerouting communications to avoid US bugging**

**[Ao clicar sobre os títulos das reportagens, abrem-se os respectivos links]**

*Participamos aos nossos leitores que todos os Boletins anteriores estão disponíveis na página da Escola de Guerra Naval na internet no seguinte endereço:*

*<<https://www.egn.mar.mil.br/boletimgeocorrente.php>>*

*Nesse link também é possível cadastrar seu email para que passe a receber sempre nosso Boletim.*

- **Essequibo e o ouro negro**  
SLAV, Irina. Could Guyana become the next oil hot spot?. Disponível em: <<http://oilprice.com/Energy/General/Could-Guyana-Become-the-Next-Oil-Hot-Spot.html>>. Acesso em 20 de abril de 2017.  
EL UNIVERSAL. Autoridades de Venezuela y Guyana se reunieron con mediador de la ONU. Disponível em: <[http://www.eluniversal.com/noticias/politica/autoridades-venezuela-guyana-reunieron-con-mediador-onu\\_648250](http://www.eluniversal.com/noticias/politica/autoridades-venezuela-guyana-reunieron-con-mediador-onu_648250)>. Acesso em 20 de abril de 2017.
- **Aumento da instabilidade entre Bogotá e Caracas**  
AFP. “Voy a sacar toda la verdad que tengo sobre el proceso de paz”: Maduro. Disponível em: <<http://www.elcolombiano.com/internacional/venezuela/nicolas-maduro-amenazo-con-revelar-secretos-del-acuerdo-de-paz-con-farc-DL6368115>>. Acesso em: 23 abr. 2017.  
Colprensa. Santos le responde a Maduro y dice que Colombia no es un Estado fallido. Disponível em: <<http://www.elcolombiano.com/colombia/juan-manuel-santos-responde-a-criticas-de-maduro-sobre-un-estado-fallido-DE6372720>>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- **Uma revisão da política de armas nucleares no Governo Trump**  
BROWNE, Ryan. Pentagon begins review of nuclear weapons policy. CNN, 2017. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2017/04/17/politics/trump-nuclear-posture-review/>>. Acesso em: 20/04/2017  
KIMBALL, Daryl G.; REIF, Kingston. Trump Questions U.S. Nuclear Policies. Arms Control Association, 2017. Disponível em: <<https://www.armscontrol.org/act/2017-03/news/trump-questions-us-nuclear-policies>>. Acesso em: 20/04/2017.
- **Gabão: patrimonialismo político e a maldição dos recursos naturais**  
Ruth Maclean. Gabon aims to cut yawning poverty gap by ending its dependency on oil. The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/2016/aug/16/gabon-yawning-poverty-gap-end-dependency-oil>>. Acesso em 22 de abril de 2017.  
Rodolfo Maino & Joel Toujas-Bernaté. Gabon’s Priority: Use Resources to Become Emerging Economy. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2013/car022813c.htm>>. Acesso em 22 de abril de 2017.
- **França: as eleições que podem definir o futuro da União Europeia**  
MASTERS, Jonathan. How Powerful Is France’s President? Council on Foreign Relations. 1 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://www.cfr.org/france/powerful-frances-president/p38736>>  
CREMEL, Benjamin. Sécurité: les candidats à la présidentielle multiplient les propositions. Les Echos. 10 de abril de 2017.
- **Os Estados Unidos aprovam a adesão de Montenegro à OTAN**  
MILIC, Predrag. Montenegro welcomes US Senate NATO approval. Disponível em: <[http://www.militarytimes.com/articles/montenegro-welcomes-us-senate-nato-approval?utm\\_source=Sailthru&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Navy+DNR+03-29-17&utm\\_term=Editorial+-+Navy+-+Daily+News+Roundup](http://www.militarytimes.com/articles/montenegro-welcomes-us-senate-nato-approval?utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_campaign=Navy+DNR+03-29-17&utm_term=Editorial+-+Navy+-+Daily+News+Roundup)>. Acesso em: 22 abr. 2017  
TAMKIN, Emily. Montenegro Has the U.S. Greenlight to Join NATO. Now What? 2017. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2017/04/12/montenegro-has-the-u-s-greenlight-to-join-nato-now-what/>>. Acesso em: 22 abr. 2017
- **As semelhanças entre o futuro na Síria e o presente no Iraque**  
GOUVEIA, J. F. Treze anos depois a guerra e a corrupção continuam no Iraque. Diário de Notícias. Portugal, 2016. <<http://www.dn.pt/mundo/interior/treze-anos-depois-a-guerra-e-a-corrupcao-continuam-no-iraque-5269828.html>> Acesso em 18 de abril de 2017.  
DIAS, M. B. A instabilidade no Iraque, dez anos após a queda de Saddam Hussein. Ceiri Newspaper. Brasil, 2013. <<http://www.jornal.ceiri.com.br/pt/a-instabilidade-no-iraque-dez-anos-apos-a-queda-de-saddam-hussein/>> Acesso em 18 de abril de 2017.
- **Reordenamento no horizonte político do conflito Marrocos-Saara Ocidental**  
AALAOU, Ali El. Open Democracy. Negotiating Western Sahara: between International law and geopolitical interests. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/arab-awakening/ali-el-aallaoui/western-sahara-United-Nations-international-law-and-geopolitics>> Acesso em 01. abr.2017  
VIRAM, Nizar. Modern Diplomacy. The World’s Last Colony: Morocco continues occupation of Western Sahara, in defiance of UN. Disponível em: <[http://moderndiplomacy.eu/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=2388:the-world-s-last-colony-morocco-continues-occupation-of-western-sahara-in-defiance-of-un&Itemid=141](http://moderndiplomacy.eu/index.php?option=com_k2&view=item&id=2388:the-world-s-last-colony-morocco-continues-occupation-of-western-sahara-in-defiance-of-un&Itemid=141)>. Acesso em 01. abr.2017
- **O atentado de São Petersburgo e o terrorismo na Ásia Central**  
FSB close to establishing instigator of St. Petersburg metro attack More: <http://tass.com/politics/942282>. Tass. Moscou, p. 1-2. 20 abr. 2017. Disponível em: <<http://tass.com/politics/942282>>. Acesso em: 20 abr. 2017.  
ISLAMIC Movement of Uzbekistan. Australian National Security. [s.i], p. 1-2. mar. 2015. Disponível em: <<https://www.nationalsecurity.gov.au/Listedterroristorganisations/Pages/IslamicMovementofUzbekistan.aspx>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- **Tensões no Sul da Ásia e revisionismo nuclear da Índia**  
PAKISTAN TODAY. Gilgit-Baltistan likely to become fifth province, 15 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.pakistantoday.com.pk/2017/03/15/gilgit-baltistan-likely-to-become-fifth-province/>>. Acesso em 20/04/2017.  
VENKATACHALAM, K.S. Why China is Fuming over the Dalai Lama’s Visit to Tawang. The Diplomat, 04 abril de 2017 Disponível em: <<http://thediplomat.com/2017/04/why-china-is-fuming-over-the-dalai-lamas-visit-to-tawang/>>. Acesso em 20/04/2017.
- **Japão e a UNMISS**  
UNMISS Website. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/unmiss/>>. Acesso em: 23/04/2017.  
Website da embaixada do Japão no Sudão do Sul. Disponível em: <[http://www.ss.emb-japan.go.jp/en/bi\\_oda\\_e.pdf](http://www.ss.emb-japan.go.jp/en/bi_oda_e.pdf)>. Acesso em: 23/04/2017.
- **Mar do Sul da China: forças armadas das Filipinas são enviadas para ocupar ilhas**  
ASIA TIMES AND AGENCIES. Duterte to deploy troops to the South China Sea, 06 abril de 2017. Disponível em: <<http://www.atimes.com/article/duterte-deploys-troops-south-china-sea/>> Acesso em: 20 abr. 2017.  
GRIFFITHS, James, LUUM, Chieu. South China Sea: Duterte orders Philippines military to occupy islands. CNN. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2017/04/06/asia/philippines-duterte-south-china-sea/>> Acesso em: 21 abr. 2017.

- **Eleições presidenciais podem indicar mudança na política externa sul-coreana**  
DRAUDT, Darcie. South Korea's Presidential Election: Implications for China. Jamestown Foundation, 20 abr. 2017. Disponível em: <<https://jamestown.org/program/south-koreas-presidential-election-implications-china/>>. Acesso em: 23 abr. 2017.  
MINEGISHI, Hiroshi. Two front-runners emerge in South Korea's election. Nikkei Asian Review, 20 abr. 2017. Disponível em <<http://asia.nikkei.com/magazine/20170420/Politics-Economy/Two-front-runners-emerge-in-South-Korea-s-election>>. Acesso em: 22 abr. 2017
- **A volta do Almirante Irizar ao Programa Antártico Argentino**  
MERCOPRESS. Icebreaker Almirante Irizar Ready to Begin Sea Trials After a Decade in Repairs. Disponível em <<http://en.mercopress.com/2017/03/25/icebreaker-almirante-irizar-ready-to-begin-sea-trials-after-a-decade-in-repairs>> Acesso em: 1 de Abril de 2017.  
DIRECCIÓN NACIONAL DEL ANTÁRTICO. Disponível <<http://www.dna.gob.ar>> em Acesso em: 10 de Fevereiro de 2017.
- **Temas Especiais: Futuro das Operações de Paz: o papel brasileiro**  
HAMANN, Eduarda; ABDENUR, Adriana Erthal. The Future of United Nations Peacekeeping Operations from a Brazilian Perspective (implementing the HIPPO report). Nota estratégica: Instituto Igarape, 31 março 2017  
THE INTERNATIONALIST. UN Peacekeeping: A New Leader for the Blue Helmets. Council on Foreign Relations Blog, 31 março 2017. Disponível em: <<http://blogs.cfr.org/patrick/2017/03/31/un-peacekeeping-a-new-leader-for-the-blue-helmets/>>. Acesso em: 10 abril 2017.